

Ulysses acha que pacto é difícil

Mas afirma que a proposta relançada por Leônidas "é muito boa"

O deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, disse ontem que "a idéia de se fazer um pacto social é muito boa", mas reconheceu que "há dificuldades evidentes para isso". A proposta de um entendimento nacional foi relançada pelo ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves, durante entrevista concedida domingo em Porto Alegre. O Ministro condenou as greves, que considera exageradas e difíceis de serem atendidas, pediu união e afirmou que o "País não está no caminho construtivo". Ontem em Brasília, a proposta feita pelo general Leônidas repercutiu, dividindo o PDS, recebeu elogios gerais no PFL e críticas dos partidos de oposição. No PMDB, o senador José Richa achou o pronunciamento muito oportuno.



Richa aponta "bagunça"; Amaral, desserviço, e Santillo cobra planos concretos

Richa: "Está uma bagunça"

O plenário do Senado se manteve ontem indiferente às repercussões do pronunciamento do ministro Leônidas Pires Gonçalves, do Exército, que alertou — em tom energético — para a necessidade urgente de um entendimento nacional. Nenhum parlamentar se manifestou da tribuna, mas o senador José Richa (PMDB/PR) considerou muito boa e oportuna a fala do ministro, pois na sua opinião a classe política "está uma bagunça e ninguém se entende, e do jeito que está não pode ficar".

Ele não recebeu o alerta de Leônidas Pires Gonçalves como uma advertência, nem o vinculou ao recado contido na Ordem do Dia das Forças Armadas, divulgada no "Dia da Vitória", onde os militares advertiam que se não impedisse a força do argumento para se chegar a um entendimento nacional, "seria utilizado o argumento da força". Richa considera que o ministro do Exército teve uma atitude bem apropriada à sua função, uma vez que pertence às Forças Armadas, e tem a isenção político-partidária para lançar o apelo que lançou domingo em Porto Alegre.

— Foi uma análise muito equilibrada e ponderada, de uma pessoa que está isenta, e fora do calor das emoções políticas — continuou o senador — além do mais, tudo que ele disse é verdade. E preciso que haja um melhor entendimento da classe política com as lideranças trabalhistas, para que possamos chegar a uma solução. Do jeito que está não pode continuar.

O ex-governador do Paraná admitiu ainda que o PMDB é um dos principais responsáveis pelo impasse que se criou entre as classes políticas e os trabalhadores. Por isso o pronunciamento do ministro do Exército poderá ter peso, no sentido de que o partido do Governo saia do imobilismo e busque soluções concretas para a atual crise. "É verdade que as maiores dificuldades que enfrentamos são resultantes dos 20 anos de autoritarismo. Mas este processo de turbulência e transição está prolongado demais e se aprofundando cada vez mais", reconhece José Richa.

Ele diz ainda que o País está completamente paralisado, "à beira do caos", e para sair deste imobilismo cabe ao PMDB agir com mais energia, para que se possa chegar ao esperado entendimento nacional. "O general Leônidas Pires Gonçalves falou como um ministro e na condição de um político e por ser uma autoridade isenta, seu pronunciamento terá um peso muito importante".

UNIÃO

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, também entendeu o pronunciamento do ministro Leônidas Pires Gonçalves como "uma aclamação à união de todos os brasileiros" para se vencer as dificuldades que o País enfrenta. Não teve um tom de advertência nem de "ordem unida", foi apenas uma saudação de unidade de todos os setores nacionais".

Elogio e crítica no PDS

O presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA), considerou as declarações do ministro do Exército sobre a gravidade da situação nacional como uma prova de seu espírito público, mas o líder do partido na Câmara, deputado Amaral Netto (RJ) acha que ele prestou um "desserviço à democracia".

Passarinho, militar da reserva, entende que o general Leônidas Pires pode, como ministro, fazer observações políticas, enquanto Amaral critica sua interferência. "E — comenta — como se nós, parlamentares, fôssemos comentar as decisões do Estado-Maior ou opinar sobre as reuniões do alto comando".

DIFICULDADES
O diagnóstico feito pelo ministro do Exército que crítico o excesso das reivindicações e pregou a necessidade de união, de um pacto social para que o País enfrente as dificuldades, coincide com o pensamento do senador Passarinho.

"Há, realmente, um descompasso entre as reivindicações e as condições do Estado. Isso poderia ter sido dito, inclusive, pelo seu antecessor quando ele, o atual ministro, era comandante do III Exército".
O ministro do Exército fez, de acordo com Passarinho, uma manifestação decorrente do seu espírito público e com a natural preocupação de quem está percebendo a gravidade da situação nacional.

Para o PFL, só aplausos

As declarações do ministro do Exército, general Leônidas Pires, pregando a necessidade de união para enfrentar as dificuldades e condenando o excesso das reivindicações ante o que pode o Estado oferecer, foram aplaudidas pelos principais líderes do PFL, que as consideraram como altamente expressivas.

O mais entusiasta com as declarações era o líder do partido na Câmara, deputado José Lourenço (BA), que fez na última quarta-feira, na Câmara, um discurso muito parecido com o pronunciamento do ministro do Exército. Vários parlamentares chegaram, inclusive, a perguntar a Lourenço se ele havia mandado seu discurso para o ministro.

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS),

Frisando sua amizade pessoal com o ministro do Exército, lamenta o líder do PDS, deputado Amaral Netto, que ele tenha prestado esse "desserviço à democracia". Ao se intrrometer com assuntos políticos, da competência do Congresso, o ministro estaria atuando como parlamentar que opinassem sobre temas do Estado-Maior e do Alto Comando.

O ministro, a seu ver, revelou, porém, a mesma preocupação que há em todos quando se verifica como está o País, que perdeu, neste Governo, grande parte das reservas cambiais, teve seu processo inflacionário acelerado e diminuiu suas exportações.

A advertência sobre o excesso de reivindicações pode ser compreensível, mas o ministro, para o líder pedessista, errou novamente ao não falar sobre a corrupção no Governo, nas importações indevidas e no aumento desenfreado de preços sem que haja qualquer providência.

— Gostaria muito — afirmou o deputado Amaral Netto — que o ministro do Exército tivesse, ao propor o pacto social, comentado a seguinte declaração do sr. Gonzaga Belluzzo, principal assessor do ex-ministro Dilson Funaro, que integrou o mesmo ministério: "No Brasil há mil espertalhões, dez milhões de trouxas e 120 milhões de desgraçados". Gostaria que o ministro Leônidas, meu amigo, comentasse isso.

observou que as declarações do ministro "são uma palavra importante de sensatez e moderação".

O ex-ministro Marco Maciel, do Gabinete Civil, destacou o espírito público do ministro do Exército e recordou que, no início de março, defendeu a necessidade de um pacto nacional para enfrentar a crise. Na ocasião frisou que era importante que todos colocassem em segundo plano as suas ambições pessoais e propôs, inclusive, uma renúncia coletiva do ministério. Agora, não lhe cabe mais, como senador, fazer comentários neste sentido, mas aprova a intenção do ministro do Exército.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) achou que o ministro "refletiu claramente as preocupações de todos os homens conscientes e patriotas".

Santana aponta vácuo no poder

As declarações na área militar vêm se sucedendo porque há um vácuo de poder". A afirmação, do deputado Fernando Santana (PCB/BA), sintetiza a opinião de diversos oradores que repercutiram ontem, na sessão da Câmara dos Deputados, a entrevista do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, concedida domingo em Porto Alegre.

Segundo Fernando Santana, que concordou com a afirmação do ministro de que "um país sem vontade é um país invível", as declarações da área militar "podem ultrapassar o limite do conveniente". Ele criticou a hegemonia do PMDB e defendeu uma frente política mais ampla para enfrentar a crise, a fim de que os partidos e não os militares ocupem o vácuo de poder a que se referiu. O problema, observou, é que "a crise está de Concorde e os partidos de DC-3".

"Precisamos recuperar para essa nação a autoridade de seu governo", declarou o deputado Carlos Cardinal (PDT-RS). Ele lembrou as declarações do presidente Sarney de que não pedira para ser presidente: "O próprio Presidente admite sua fraqueza".

Carlos Cardinal também atacou o PMDB, considerando um insulto ao Presidente da República a proposta de falso parlamentarismo que a cúpula do partido estaria tentando implantar no País. "Já começa mal, pelo nome", comentou o deputado, advertindo que "não é possível manter mais os privilégios de uma minoria que não entendeu que essa nação não pode ser governada por um falso parlamentarismo".

Ainda no PDT, a entrevista foi criticada por considerar exacerbada a pressão grevista sobre o Presidente da República. Observou o deputado Amaury

Muller (PDT/RS) que o ministro do Exército estava negando aos trabalhadores um direito legítimo de reivindicação. Dizendo não ter se surpreendido com a fala do general, ele frisou que essa não era sua atribuição e perguntou que contribuição teria dado o ministro para que a relação Nação-Estado não se enfraquecesse, como Leônidas afirmou ter se enfraquecido.

"Acho ótimo que o general tenha dado essas declarações", opinou o peemedebista Domingos Leonelli (RS), esclarecendo que é favorável a que os militares participem da vida nacional sem preconceitos, podendo inclusive se organizarem em partidos. Considerou, contudo, que "cheira a coisa antiga" a proposta do ministro de união nacional, sem que ficasse claro em torno de que será feita. "Parece que prevalecerão os interesses dos mais fortes", previu.

Santillo pede proposta concreta

Da Sucursal
Golânia — O governador de Goiás, Henrique Santillo garantiu ontem que só a exortação ao patriotismo do povo brasileiro não resolve. "O patriotismo precisa estar assentado em propostas concretas que salvem a nação brasileira". Sua posição, foi a propósito da entrevista do ministro do exército Leônidas Pires Gonçalves, em Porto Alegre, em que pregou a união nacional e o patriotismo para minimizar os problemas do Brasil.

Quando ao conteúdo da fala do ministro, Henrique Santillo ressaltou que "foi um pronunciamento de bom senso e de alto espírito público". Mas voltou a defender sua tese de que "é

preciso apresentar, com urgência à nação brasileira, um programa mínimo que possa unir o povo em torno dele. E essas coisas não se fazem no vazio, mas sim em cima de propostas concretas".

Henrique Santillo concorda que o momento político-econômico do Brasil "é grave e necessita da compreensão e espírito público de todos nós".

Questionado sobre o que faltava para permitir a união nacional, o governador de Goiás disse que só falta alguém que tome a iniciativa, lembrando que o presidente José Sarney tentou o pacto social, ouvindo as classes trabalhadoras e empresariais para a elaboração de um programa.

"Isso não deu certo. Então é preciso inverter a ordem, oferecendo à nação brasileira um programa mínimo de ação e, em cima dessa proposta, pregar a unidade". Assegurou que essa descrença do povo brasileiro para com as instituições, seja Executivo, Legislativo, Judiciário, já vem de há muito tempo".

Quanto à reunião de hoje do presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, com a bancada do partido, Santillo disse esperar que mais uma vez defina pela reunião dos 22 governadores com a própria bancada, com as lideranças do partido na Constituinte, para que o PMDB possa oferecer um programa de salvação à população brasileira.



Moreira Lima: confiança

Moreira Lima diz que crise é superável

Salvador — Em rápida passagem por Salvador, onde iniciou uma viagem de inspeção aos aeroportos do Nordeste, o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, declarou que as dificuldades que o País está atravessando no momento "são perfeitamente superáveis".

— Basta que haja um pouco de despreendimento de muitas ambições colocadas no tabuleiro das negociações e nós teremos uma estabilidade política, observou.

No Rio, o governador Moreira Franco evitou comentar diretamente as declarações do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, feitas domingo, no Parque General Osório, em Tramandaí (RS), onde participou das solenidades do Dia da Cavalaria, quando criticou o "descompasso entre as exigências da nação e as possibilidades do Estado, que estão com as relações enfraquecidas".

O governador disse que a Nação passa por uma grave crise, mas observou que "o Brasil precisa primeiro resolver os seus problemas econômicos para depois discutir os institucionais", numa referência à discussão que envolve o tempo de duração do mandato do presidente José Sarney e também às exigências grevistas da sociedade, lembradas pelo ministro do Exército.

O momento do cooperativismo

ANTONIO BRITTO*

Por incrível que pareça, a Constituição brasileira não trata nem cita o cooperativismo em lugar nenhum. O mesmo não acontece em outros países — Portugal, por exemplo — onde a Lei Maior reconheceu que o cooperativismo é importante e deve ser protegido e estimulado pelo Estado e pela sociedade.



Agora, com a Constituinte, temos a oportunidade de resolver esta omissão. E, pela primeira vez, definir compromissos do Estado com o cooperativismo, abrindo caminho a uma época nova que, digamos, aumente as chances de as nossas cooperativas e seus associados serem auxiliados pelo Governo.

Para isso, claro, foi e será importante a pressão das cooperativas e algumas iniciativas como a da Fecotri, que promoveu a Constituinte Cooperativa. Como deputado constituinte, sou testemunha de que o trabalho feito deu certo e o clima está mudando. Várias propostas sobre o tema, segundo sei, foram apresentadas e nesta semana serão discutidas e votadas pela subcomissão que trata de política agrícola e reforma agrária.

Eu próprio apresentei minha colaboração, baseado nos estudos da Fecotri, das Associações de Cooperativas e das tantas reuniões que tive com associados e dirigentes de Cooperativas.

Minha proposta começa definindo que "o poder público estimulará e apoiará as atividades do cooperativismo, bem como a divulgação e o ensino de sua doutrina". Com isso, o sistema passa a ter proteção oficial do Estado e os governos ficam com o compromisso de colaborar para o seu crescimento, inclusive através da educação.

Depois, aceitando a sugestão da Constituinte Cooperativa, proponho que se defina que "o sistema cooperativo é organizado com base na gestão democrática e a ausência de fins lucrativos". Só assim, a gente pode contribuir para que as cooperativas sejam, como em sua filosofia, uma associação de pessoas, baseada na igualdade e na participação. E que se obtenha o fim das falsas cooperativas que tanto têm prejudicado o sistema como um todo.

O terceiro artigo da proposta que apresentei diz que "a lei garantirá às sociedades cooperativas a liberdade de constituição e de registro, atuação em todos os ramos, livre administração, autocontrole, acesso a incentivos fiscais e formação de seu órgão de representação legal".

Por último, um dispositivo dizendo que "os Estados legislarão supletivamente em matéria de direito cooperativo".

Fica aí a proposta para debate, críticas e sugestões. Mas, o importante é que cada cooperativa e cada cooperativado entenda que a hora é agora. Hora de telegrafar, escrever, falar com os constituintes e exigir de cada um apoio à tese em favor das cooperativas e do cooperativismo.

* Deputado federal pelo PMDB do Rio Grande do Sul